



Vídeo mostra presos decapitados dentro do Complexo de Pedrinhas

Um dia após o governo do Maranhão afirmar que o relatório do Conselho Nacional de Justiça sobre o sistema prisional do estado apresenta “inverdades” com o objetivo de agravar ainda mais a situação nas unidades, o jornal *Folha de S.Paulo* publicou em seu site um vídeo gravado por presidiários mostrando três homens que foram decapitados dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís ([clique aqui](#) para ver o vídeo).

O vídeo, gravado no dia 17 de dezembro, foi encaminhado ao jornal pelo Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão. Segundo o governo estadual, que não quis comentar as imagens, as três mortes foram resultado de uma briga entre membros da mesma facção criminosa.

As mortes no Maranhão refletem o que acontece em todo território nacional. Durante [levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público](#) feito entre fevereiro de 2012 e março de 2013 em 1.598 estabelecimentos foram registradas 121 rebeliões e 769 mortes. Uma média de 2,1 morte por dia dentro dos presídios. Além disso, a pesquisa registrou mais 2,7 mil lesões corporais.

Outros problemas encontrados em Pedrinhas também se repetem em todo o país. Segundo o levantamento do CNMP, o sistema prisional brasileiro tem déficit de 146.547 vagas, o que corresponde a 48% da capacidade atual. Entre os locais visitados estão penitenciárias, cadeias públicas, colônias agrícolas, casas do albergado e hospitais prisionais, sendo que 79% separam os presos provisórios dos definitivos, 68% não segregam por periculosidade e 65% não separam presos de facções diferentes. O relatório também aponta que menos de 600 locais possuem serviços de assistência jurídica, 585 estabelecimentos não respeitam o direito de defesa do preso quando ocorre um episódio que mereça sanção disciplinar.

Caso Pedrinhas

No caso de Pedrinhas, a violência mostrada no vídeo foi citada pelo juiz auxiliar da presidência do CNJ Douglas Martins em relatório ([clique aqui](#) para ler) que foi entregue ao presidente do Conselho, ministro Joaquim Barbosa. No documento, Martins narra outros casos de violência e afirma que o governo local não tem sido capaz de conter a violência nos presídios. Além dos casos antigos, o juiz faz outras acusações dizendo que até familiares de outros presos estão sendo estupradas dentro do presídio.

O governo do Maranhão [rebateu](#) as críticas feitas pelo juiz afirmando que o relatório possui inverdades e que o governo já fez vários investimentos no sistema carcerário. De acordo com a governadora do estado, Roseana Sarney além do que já foi feito, há um plano de investimentos de mais de R\$ 130 milhões na construção de novos presídios, equipamentos, melhoria e manutenção das unidades existentes.

Nesta terça-feira (7/1) o Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp) enviou ofício para a presidente Dilma Rousseff e para o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, pedindo providências das autoridades competentes.

“A despeito do relatório do CNJ haver concluído que o governo estadual tem sido incapaz de coibir a



violência, a situação obriga que as autoridades competentes tomem as providências para banir as violações aos direitos humanos absolutamente incompatíveis com a democracia e o atual estágio de desenvolvimento econômico e social nacional, representando um efetivo prejuízo para a sociedade e para o país internacionalmente”, afirmou José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro, presidente do Iasp.

Problema do Judiciário

Em entrevista ao jornal *O Estado do Maranhão* — que pertence à família da governadora —, publicada no último domingo (5/1), Roseana culpou a morosidade da Justiça, a gestão do ex-secretário de Administração Penitenciária Sérgio Tamer e um grupo de agentes penitenciários pela sucessão de problemas no Complexo de Pedrinhas e pela crise na segurança pública.

Nesta segunda-feira (6/1), a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, defendeu o órgão afirmando que as causas mais determinantes para o agravamento da questão carcerária decorrem de fatos independentes do Poder Judiciário.

Em nota publicada, o TJ-MA afirmou que o déficit de vagas no sistema penitenciário cresceu em 2013, o que resultou em um número excessivo de presos em delegacias. Segundo a desembargadora Cleonice, o número de presos provisórios foi o fato determinante para o agravamento da situação no sistema carcerário.

A presidente do TJ-MA, explica que ainda que o aumento do número de presos provisórios não depende somente do Poder Judiciário. “Contribuem para o aumento do número de presos provisórios entraves decorrentes de adiamentos de audiências de instrução e julgamento pela não apresentação de acusados; a falta de defensores públicos, notadamente no interior; e, ainda, a dificuldade de nomeação de defensores dativos”, conta.

Ao concluir, Cleonice Freire ressalta que a responsabilidade na solução dos problemas carcerários, com relação à estruturação física destinada aos detentos, não compete ao Poder Judiciário.

Leia a nota do TJ-MA:

O Tribunal de Justiça do Maranhão, em face dos últimos acontecimentos registrados no sistema penitenciário do Estado, que ensejaram momentos de crise na segurança pública, com lamentáveis perdas humanas, esclarece o seguinte:

1. As causas mais determinantes para o agravamento da questão carcerária decorrem de fatos independentes do Poder Judiciário;
2. O déficit de vagas no sistema penitenciário no ano de 2013, em torno de 3.000, conforme dados fornecidos pelas secretarias de Segurança Pública e Administração Penitenciária, demonstra aumento significativo comparado ao registrado em 2011, de 2.400 vagas;
3. Em decorrência da falta de vagas, há um número excessivo de presos — provisórios ou não — em delegacias;
4. A relação do número de presos por 100 mil habitantes no Estado é de 86,75, segundo dados do



mutirão carcerário de 2011, bem abaixo de estados com menor população e extensão territorial, onde não tem sido identificado descontrole na gestão carcerária;

5. Até o primeiro semestre do ano passado, o Maranhão encontrava-se dentro da média nacional, em relação ao número de presos provisórios, não sendo este o fator determinante para o agravamento da situação no sistema carcerário;

6. Contribuem para o aumento do número de presos provisórios entraves decorrentes de adiamentos de audiências de instrução e julgamento pela não apresentação de acusados; a falta de defensores públicos, notadamente no interior; e, ainda, a dificuldade de nomeação de defensores dativos.

7. O Poder Judiciário maranhense vem desenvolvendo programas e ações com vistas ao saneamento da execução penal, promovendo a redução do número de presos provisórios e garantindo os direitos dos condenados e egressos;

8. Por fim, ressalta-se que a responsabilidade na solução dos problemas carcerários, com relação à estruturação física destinada aos detentos, não compete ao Poder Judiciário.

Desembargadora Cleonice Silva Freire
Presidente

**Notícia atualizada às 16h11 do dia 7/1 para acréscimo de informações.*

Date Created

07/01/2014